Proc. TC 022.447/2009-9
Tomada de Contas Especial

Parecer

Examina-se na oportunidade pedido de parcelamento de multa, aplicada ao Senhor Ermilson Ferreira dos Santos, nos termos do subitem 9.6 do Acórdão n.º 863/2013 – TCU – 2.ª Câmara, *in* Ata n.º 5.

2. Consoante disposto no subitem 9.7 do referido *decisum*, aquele Colegiado já autorizou, caso requerido, o parcelamento de todas as dívidas dele decorrentes.

3. O Senhor Ermilson Ferreira dos Santos peticionou (peça n.º 45) ao TCU para que a multa a ele imposta fosse parcelada em 36 vezes.

4. Assim, em atenção à audiência com que nos distingue o nobre Ministro André Luís de Carvalho, esta representante do Ministério Público manifesta-se por que seja autorizado o parcelamento da dívida requerido em 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, alertando ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2.º do RITCU.

Ministério Público, 21 de novembro de 2013.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral